

DESAFIOS À UNIDADE GEOPOLÍTICA DA LUSOFONIA

Francisco da Silva Leandro

Habitúamo-nos a pensar a Lusofonia através do valor cultural da língua portuguesa, que representa, no essencial, um espaço relativamente consistente de diálogo intercontinental, dirigido à construção, como explica Manuel Castells de um certo processo identitário. O discurso da Lusofonia tem sido quase sempre associado a uma certa geopolítica histórico-cultural, numa espécie de unidade na diversidade, cujos diversos componentes, designadamente na língua, nos crioulos, na gastronomia, na música e nas líricas, nos costumes, na escrita publicada, na pintura, na cinematografia e na arquitectura – alinham-se como se se tratasse de uma busca de imaterialidade entre mitos políticos e culturais.

O objectivo dominante deste artigo reside, no estudo de uma das características que conferem unidade geopolítica, a posição no “mar lusófono” e a descontinuidade territorial da Lusofonia, tendo por base a iniciativa chinesa “Uma Faixa, Uma Rota” (F&R), apresentada em 2013, pelo Presidente chinês Xi Jinping.

DESAFIOS À UNIDADE GEOPOLÍTICA DA LUSOFONIA¹

Francisco da Silva Leandro

Coordenador do Instituto de Estudos Sociais e Jurídicos da Universidade de São José em Macau

Habituaamo-nos a pensar a Lusofonia através do valor cultural da língua portuguesa, que representa, no essencial, um espaço relativamente consistente de diálogo intercontinental, dirigido à construção, como explica Manuel Castells (2010, p. 8), de um certo processo identitário. O discurso da Lusofonia tem sido quase sempre associado a uma certa geopolítica histórico-cultural, numa espécie de unidade na diversidade, cujos diversos componentes, designadamente na língua, nos crioulos, na gastronomia, na música e nas líricas, nos costumes, na escrita publicada, na pintura, na cinematografia e na arquitectura – alinham-se como se se tratasse de uma busca de imaterialidade entre mitos políticos e culturais.

Este debate evoluiu, num segundo momento, para a narrativa do valor económico da língua portuguesa, aqui entendida na definição apresentada por Bart Vanspauwen (2011, p. 69) como um espaço político, económico e cultural. A discussão do valor da língua *tout court*, sem outros componentes, acaba por se transportar para a limitação da própria dimensão do espaço lusófono, cuja génese constitui uma constante histórica. Émilie Tran (2016) para acentuar a importância do multilinguismo, refere-se à língua inglesa como a “língua franca” da globalização, procurando acentuar a desigualdade do número de falantes, quando se colocam de um lado da balança as línguas inglesa e chinesa e do outro, línguas como o português e o francês. Ora, precisamente porque o valor da Lusofonia é multipartido, a discussão que esta investigação procura abrir, recentra-se numa outra perspectiva, quiçá complementar.

Efectivamente, à guisa de quem combina os elementos fundamentais de uma certa geoeconomia lusófona,

reconhece-se que o mar representa também um outro elemento da unidade geopolítica e que, ambos – a história-língua-cultura e posição geográfica pensada através do mar – potenciam, exactamente, aquilo que Ernâni Lopes (2008, p. 3) designou como “o potencial de desenvolvimento como um espaço em rede”. Ora, é precisamente esta articulação entre história-língua-cultura e posição geográfica, que constitui o elemento essencial da Declaração Constitutiva da Comunidade de Países de Língua Portuguesa (CPLP, 1996), ao tomar como propósito maior o “tornar consistente e descentralizar diálogo tricontinental”, reconhecendo que a CPLP se constitui “como um espaço geograficamente descontínuo mas identificado pelo idioma comum”.

Assim, o objectivo dominante deste artigo reside, no estudo de uma das características que conferem unidade geopolítica, a posição no “mar lusófono”, e a descontinuidade territorial da Lusofonia, tendo por base a iniciativa chinesa “Uma Faixa, Uma Rota” (F&R), apresentada em 2013, pelo Presidente Xi Jinping. Nesta perspectiva, recordamos aqui as palavras de Mia Couto, quando afirmou, que “o mar foi ontem o que o idioma pode ser hoje, basta vencer alguns adamastores”. Creio que é o momento de combinar a história, a cultura, a língua e o mar, como sendo elementos geopoliticamente relevantes, na desejável concertação de uma certa diplomacia-económica da Lusofonia, face à estratégia chinesa F&R, que combina um novo modelo de intercâmbio económico, baseado no investimento e nas infraestruturas, como plataformas de acessibilidade. O moderno entendimento da geoeconomia combina história, cultura e posição geográfica, para criar oportunidades de soma

positiva. A posição e a dimensão histórico-cultural-linguística devem ser entendidos como facilitadores permanentes no espaço de referência relacional. De facto, domínio marítimo associado à posição geográfica atribui um significado contextual e é susceptível de vir a construir uma via de contacto privilegiado. O papel histórico-cultural-económico da Região Administrativa Especial de Macau da China (RAEM) no contexto da relação especial com a Lusofonia pode organizar-se em quatro vertentes essenciais:

(1) O uso da língua: o uso oficial do português no aparelho judicial e da administração pública do território; o apoio permanente ao ensino da língua portuguesa aos

professores de português em Macau e na China continental, pela mão do Instituto Politécnico de Macau, do Instituto Português do Oriente, da Universidade de Macau e da Universidade de São José; o desenvolvimento curricular do português na formação de quadros bilingues com particular destaque para a Escola Portuguesa da Macau; e o contínuo apoio ao patuá, como uma herança histórica e parte do património imaterial dos macaenses.

(2) A organização de eventos colectivos: de natureza religiosa como são os exemplos das procissões do Nosso Senhor Bom Jesus dos Passos e da Nossa Senhora de Fátima; de natureza artística e gastronómica como são o festival anual da Lusofonia,

a iniciativa Rota das Letras, o Fções comerciais² e encontros bilaterais.

(3) As publicações em língua portuguesa: designadamente parte considerável da imprensa diária, a *Revista Macau*, a publicação no *Boletim Oficial da Região Administrativa Especial de Macau* de toda a legislação aplicável a este território.

(4) A institucionalização de práticas: existem inúmeros avo essencial, isto é, a colaboração com os países de língua oficial portuguesa *tout court*, associando-se sempre a uma certa ideia de Lusofonia. O confronto entre duas abordagens do conceito de Lusofonia pa-

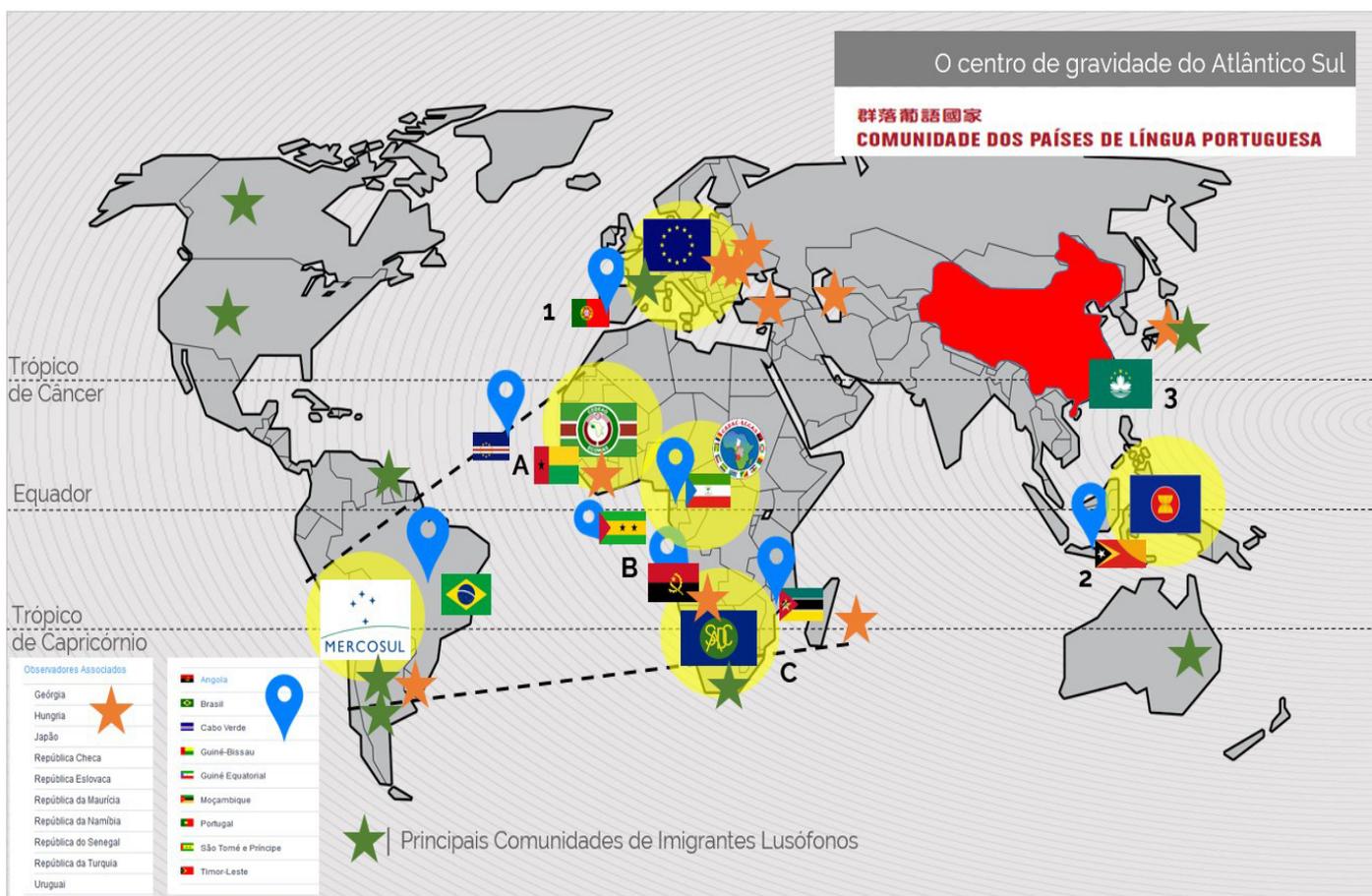


Figura 1 - O Centro de Gravidade do Atlântico Sul
Fonte: Elaborado pelo autor

rece evidente. Por um lado, na perspectiva Chinesa, a Lusofonia parece corresponder ao resultado de um património colectivo num desempenho individual, tomando-a como oito unidades culturais e económicas diferenciadas, que utilizam uma língua comum. A nossa abordagem do conceito de Lusofonia acredita que é possível dar ao conceito, um significado geopolítico, que lhe seja próximo, no contexto do seu todo, como espaço de vontade, simultaneamente cultural e económica. Por esta razão, utilizaremos a ideia de CPLP em detrimento do conceito de países de língua oficial portuguesa. A ideia da CPLP tem vindo a ser associada a uma comunidade de aproximadamente 255 milhões de habitantes, distribuídos por nove Estados que, em quatro Continentes, ocupam cerca de 10.742.000 km² abrangendo directamente seis (5+1) Comunidades Económicas Regionais (OSAA, s.d.). Na verdade, o mercado da CPLP e das três comunidades económicas regionais africanas representa mais de 800 milhões de consumidores, distribuídos por 40 Estados. Do ponto de vista geopolítico, a CPLP desenvolve-se a partir do seu centro de gravidade, num espaço geograficamente descontínuo, onde a dimensão marítima e os elementos histórico-culturais, designadamente a língua, constituem os vectores de continuidade e de contacto, com uma rede de outros espaços económicos e culturais, que se apresentam no contexto das relações inter-regionais e transcontinentais. De facto, a posição da CPLP cuja centralidade geopolítica se faz a partir do Atlântico Sul, em especial na zona entre o Trópico de Câncer e de Capricórnio, combinada com a inserção geoeconómica e geocultural dos seus Estados-membros, no contexto das Comunidades Económicas Regionais na Europa (União Europeia), em África⁵ na Australásia (ASEAN) e na América do Sul (MERCOSUL), constitui um dos aspectos mais promissores do potencial realizador desta organização intergovernamental. O centro de gravidade geopolítico da CPLP localiza-se na zona do Atlântico Sul, compreendida no espaço "entre trópicos", desenvolvendo-se a partir da componente marítima para a componente terrestre. Se considerarmos as Zonas Económicas Exclusivas dos nove Estados-mem-

bros da CPLP, o alargamento da plataforma continental, o espaço de responsabilidade de Busca e Salvamento (SAR), as zonas de Informação de Voo (FIR), e a própria diáspora, o centro de gravidade geopolítico da CPLP é apenas perturbado pela existência de dois arquipélagos sobre soberania britânica⁶. Assim, o centro de gravidade geopolítico da CPLP apoia-se em três dominantes regionais e três pontos de apoio inter-regionais, que acabam por ligar os cinco continentes.

(1) Em primeiro lugar, o centro de gravidade geopolítico da CPLP apoia-se na dominante regional do Atlântico Sul, que se desenvolve a partir da posição geográfica excepcional do eixo Cabo Verde-Guiné-Bissau, com possibilidades de explorar a relativa proximidade entre os seus extremos. Cabo Verde e a Guiné-Bissau localizam-se na parte Ocidental da Região do Sahel nas proximidades do Golfo da Guiné, uma das zonas com maior potencial comercial de África. Cabo Verde e a Guiné-Bissau são membros da Comunidade Económica dos Estados da África Ocidental (CEDEAO), um grupo regional composto por 15 Estados-membros, entre os quais a Nigéria, fundado em 1975 pelo Tratado de Lagos e que representa uma comunidade de aproximadamente 349 milhões de consumidores (2015), espalhados por uma área de 5.114.162 km². Cabo Verde e a Guiné-Bissau ocupam também uma posição geoeconómica única, dominando as rotas de navegação aeronavais em direcção à Europa e ao continente americano, quer para Norte em direcção aos EUA, quer para Sudoeste em direcção ao Brasil. A cooperação com a China no âmbito da iniciativa F&R, pode potenciar as suas infraestruturas aeroportuárias, permitindo um fluxo de matérias e serviços em direcção a toda a região do Sahel, da África central e à região do Mediterrâneo, União Europeia, Estreito de Gibraltar, Médio Oriente e Norte de África (MENA), em especial de e para o continente americano. A posição de Cabo Verde de uma perspectiva geoestratégica é particularmente interessante também como ponto de apoio no acesso transcontinental, em especial na rota marítima do canal do Panamá ou na futura opção marítima, através do canal da Nicarágua,

ligando o Mar do Caribe ao Oceano Pacífico. A posição da Guiné-Bissau tem particular interesse no acesso marítimo no contexto a designada "Sahel Silk Road"⁷. Os recentes projectos de investimento chinês em Cabo Verde (Lusa, 2017) com a criação de uma Zona Especial de Comércio, e na Guiné-Bissau (RFI, 2016) novo Aeroporto Internacional de Bissau, no alargamento da antiga aerogare, na construção do porto de pesca de Pikil, (Nordeste da Guiné-Bissau), e no porto de águas profundas em Buba, não deixam dúvidas sobre o valor que eixo Cabo Verde-Guiné-Bissau, tem para a diplomacia chinesa, no contexto da iniciativa F&R.

(2) Em segundo lugar, o centro de gravidade geopolítico da CPLP apoia-se na dominante regional do Atlântico Sul, que se desenvolve no contexto do Golfo da Guiné, apoiado no triângulo Guiné Equatorial-São Tomé e Príncipe-Angola. De facto, à proximidade geográfica destes Estados, junta-se a facilidade da comunicabilidade aeronaval a partir da sua posição ribeirinha e insular, bem



Figura 2 - A Amazônia Azul
Fonte: Thompson e Muggah (2015)

como a dimensão significativa que o espaço aeronaval ocupa no contexto do Golfo da Guiné. A Guiné Equatorial, São Tomé e Príncipe e Angola são membros da Comunidade Económica dos Estados da África Central (CEEAC), composta por 10 Estados-membros, criada em Libreville no Gabão, em Dezembro de 1981. A CEEAC representa

hoje um mercado de aproximadamente 163 milhões de consumidores (2015), distribuídos por uma área de 6.641.000 Km², ou seja 22% do território africano (COEGA, 2016, p. 5). O triângulo Guiné Equatorial-São Tomé e Príncipe-Angola domina uma boa parte do Golfo da Guiné e dos seus acessos, em especial a partir do Sul e estende-se para o interior central de África a partir da CEEAC para o Níger, para o Chade, para a República Centro Africana e para os Camarões. Para além destas razões, alinha-se ainda o desenvolvimento do designado caminho-de-ferro da África Ocidental (Western African Railways) que irá ligar a Nigéria, o Níger, os Camarões e o Chade, potenciando ainda mais, em termos de comércio, a posição de São Tomé e Príncipe, de Cabo Verde, da Guiné-Bissau e da Guiné Equatorial, designadamente no que se relaciona com as matérias-primas e bens de valor acrescentado. Também neste contexto, é particularmente importante o acesso ao Lago Chade – cujas águas unem a Nigéria, Níger, Camarões e Chade –, como plataforma de acesso ao coração de África e à parte Sudoeste do Sahel.

(3) Em terceiro lugar, o centro de gravidade geopolítico da CPLP é fortalecido pelo eixo constituído pelos Estados de Angola e de Moçambique que detêm uma posição costeira única em relação ao controlo das rotas aéreas entre os continentes americano, africano e asiático. Este eixo domina a partir da sua posição geográfica continental e ribeirinha as vias de acesso a Estados interiores, como sejam a Zâmbia, o Zimbabué e a República Democrática do Congo. Para além deste facto, materializa a presença da CPLP em dois oceanos: Atlântico e Índico. Ambos os Estados são membros da Comunidade de Desenvolvimento da África Austral (CDAA), estabelecida em 1992 com base na Southern African Development Coordination Conference (SADCC) instituída em 1980. A CDAA integra 15 Estados-membros e representa (2009) aproximadamente 277 milhões de consumidores, distribuídos por 554.919 km². Angola é, aliás, o único Estado da CPLP que integra duas comunidades económicas africanas: a CEEAC e a CDAA. Em especial, Angola e Moçambique constituem-se como importantes

pontos de apoio à navegação marítima através da rota do cabo, como alternativa ao Canal do Suez. O Estreito de Moçambique desempenha um papel geopolítico fundamental, no acesso aos mercados africanos, a partir das rotas marítimas que navegam para Sudoeste, desde o Estreito de Malaca ou simplesmente a partir do Mar de Adamam ou do Mar Árábico – numa perspectiva Chinesa. A penetrante ferroviária – Zâmbia-Angola-Malawi-Tanzânia (Mtwara) – a partir do corredor de Nacala e do porto de águas profundas da Beira, oferecem um acesso terrestre privilegiado ao coração de África. Por sua vez, Angola tem sido objecto de avultados investimentos chineses, destacando-se as infraestruturas aeroportuárias e ferroviárias. Também neste domínio a ligação ferroviária de Lobito (Angola) a Dar-es-Salaam (Tanzânia), a autoestrada transafricana Angola-Moçambique, e a continuação do desenvolvimento do aeroporto internacional de Luanda como um centro regional de transporte comercial, representam elementos de valor geopolítico relevante.

(4) Em quarto lugar, o Brasil não só constitui a base da dominante regional do centro de gravidade da CPLP, como também se integra no maior mercado do continente sul-americano, o Mercado Comum do Sul (MERCOSUL), no grupo dos BRICS⁸ e ainda no G20, sem esquecer que é um dos membros do P4, isto é, candidatos a um lugar de membro permanente do Conselho de Segurança das Nações Unidas. A República Federativa do Brasil dá à CPLP a dimensão que a torna o conjunto económico-cultural capaz de actuar como um actor singular no sistema internacional e transforma a CPLP num espaço de presença e de futuro. O Brasil na sua prerrogativa de potência regional pode conferir à geopolítica da CPLP, um peso específico, sem o qual esta fica diminuída na sua perspectiva de diplomacia económica. Na verdade, o Brasil actuando no contexto da CPLP e em particular articulação com Angola, também esta uma potência regional, detém a capacidade de presença e influência no Atlântico Sul capaz, por um lado, de reequilibrar a hegemonia norte americana e, por outro, de proteger e potenciar as Amazónias verde e azul⁹. Na sua relação com a China, entre muito outros projectos de valor

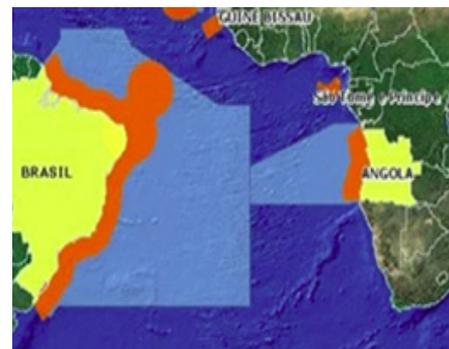


Figura 3 - ZEE e FIR do Brasil e de Angola
Fonte: Defesamet (s.d.).

estratégico, destaca-se a ferrovia interoceânica¹⁰ ligando o Brasil-Bolívia-Peru (Porto de Ilo) com a possibilidade de ligação ao Chile (Arica) com 4.700 Km¹¹ de extensão. Este projecto que ligará o Oceano Atlântico ao Oceano Pacífico irá potenciar as infraestruturas do novo Porto de Açu (Brasil) e a ligação através do Rio Paraná entre Brasil, Paraguai, Argentina e Uruguai. Igualmente, a linha férrea de alta velocidade entre o Rio de Janeiro e São Paulo (as duas maiores cidades do Brasil) constituem elementos infraestruturais de valor geopolítico singular. Finalmente, a RAEM, Timor Leste e Portugal constituem-se como três pontos de apoio inter-regionais e de associação aos espaços da Associação de Nações do Sudoeste Asiático (ASEAN), do conjunto Austrália – Indonésia, da União Europeia (UE) e indirectamente através de Portugal como membro da UE, ao G7 e ao G20. Neste contexto RAEM, representa também um ponto de apoio na facilitação das interacções económico-culturais multilaterais no triângulo UE-CPLP/PALOP-Brasil e a República Popular da China. Se considerarmos ainda a posição privilegiada em relação à RAEM e à República Popular da China, e a iniciativa chinesa F&R, então a projecção a partir do centro de gravidade da CPLP conta com três pontos de apoio – um na Europa e dois na Ásia –, sendo o terceiro materializado pela RAEM. De facto, a RAEM estende a abrangência da CPLP aos 5 continentes – pelo menos até à acessão de Timor à ASEAN –, e confere ao Atlântico Sul uma posição central em relação ao potencial de projecção de dinamismo e novas oportunidades.

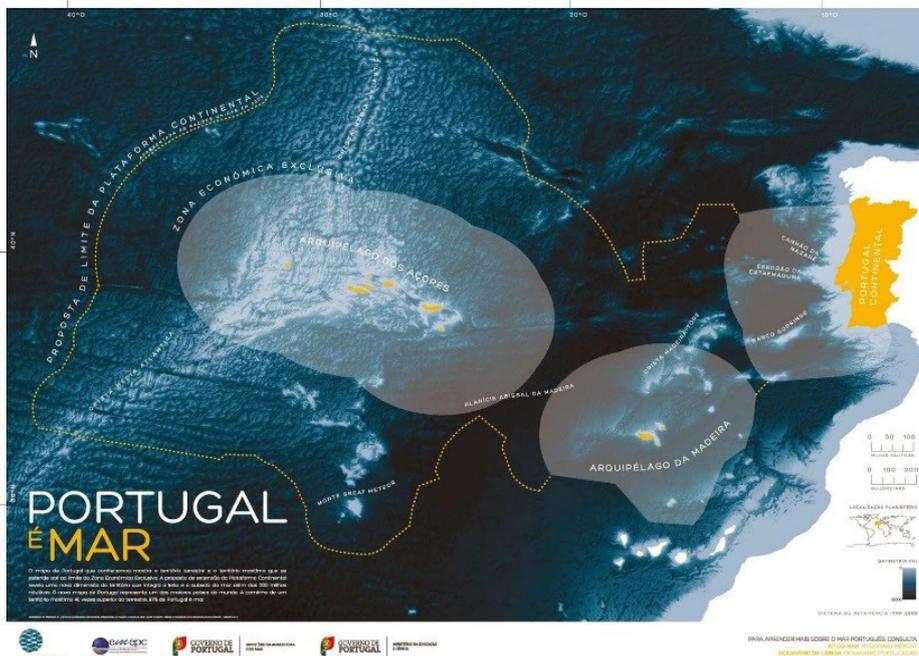


Figura 4 - Diagrama do Alargamento Plataforma Continental Portuguesa
Fonte: EMEPC (2009).

Em relação a Timor-Leste, por um lado, uma colaboração mais estreita com a China na perspectiva da iniciativa F&R, pode potenciar a relação negocial com a Austrália e a Indonésia, designadamente na questão designada por Timor Gap¹². Por outro, a proximidade do Estreito de Macáçar e a possibilidade de uma acessão à ASEAN, fazem aumentar o interesse geopolítico de Timor, no contexto da iniciativa F&R. Em relação a Portugal, Carlos Rodrigues (2016, p. 45), afirmou que o interesse relativamente a Portugal por parte da China relaciona-se com o porto de águas profundas de Sines, argumentando que esta será, porventura, a primeira infraestrutura directamente relacionada com a iniciativa chinesa F&R. Sines, tal como os portos de Tunes (Tunísia), Marselha (França), Pireu (Grécia) e Veneza (Itália) representam vários pontos de associação com a iniciativa F&R em termos de acesso à Europa. Considerando a ligação ao Norte de África via Gibraltar, faz sentido a ferrovia de carga entre Sines e Madrid, no coração da península Ibérica, com o propósito de obter uma maior segurança energética, diversificando as alternativas de transporte. Todavia, esta é apenas parte da questão. Há certamente um interesse

no chamado triângulo estratégico português – arquipélago dos Açores-arquipélago da Madeira-Portugal Continental –, em especial no contexto do alargamento da plataforma continental, que fará de Portugal um dos maiores estados da Europa em termos de ZEE¹³. Para além deste facto, a base aeronaval das Lajes (Açores) é um dos elementos essenciais do valor geopolítico de Portugal, em especial no acesso e na presença no Atlântico Norte, que no que respeita a recursos, quer no que se relaciona com navegação marítima e área. O *Global Traffic Map 2010* indicava precisamente esta área como a de maior actividade transcontinental do mundo. Finalmente, o arquipélago dos Açores para além do seu valor nas relações Europa-América do Norte representa ainda um excelente ponto de apoio no acesso ao círculo ártico.

Á guisa de conclusão importa afirmar, que o verdadeiro potencial da Lusofonia afirma-se através da CPLP e não, a partir de um conceito de Lusofonia, que considera cada unidade política per si, fazendo uso de uma língua comum. A CPLP tem um potencial de unidade na cultura, oferece uma plataforma de diálogo político, deve

promover a difusão e ensino da língua, deve actuar no domínio da agricultura, da saúde, em alguns aspectos da segurança, da cooperação industrial e financeira, do comércio e dos serviços. A componente geopolítica da CPLP associada à sua posição geográfica pode identificar objectivos comuns e, por essa via, transforma-a e relaciona-a com as Comunidades Económicas Regionais. Este facto pode transformar a CPLP numa organização, com um espaço em rede, quasi-global. A geopolítica ensina que o espaço é poder. Todavia, no caso da CPLP, o espaço existe, está estudado, mas o poder só se exerce deliberadamente, através de uma vontade. Assim, a China, através da RAEM, dá valor ao entendimento geopolítico da Lusofonia, através do conceito dos Países de Língua Oficial Portuguesa, tomados individualmente. A CPLP deverá dar valor ao entendimento geopolítico da Lusofonia, através dos seus elementos história-cultural-lingua e “mar lusófono”, reunidos sob uma vontade colectiva de exercício consistente de poder. Vitor Santos (2005, p. 77) refere: “À descoordenação subjacente, corresponde a falta de um planeamento estratégico integrador das políticas, polarizador e orientador das linhas de acção, no sentido da promoção permanente de uma estratégia coerente e consistente da defesa da lusofonia. Esta deveria, por sua vez, adquirir expressão através de uma política externa estruturada em torno de desígnios nacionais convertidos em objectivos concretos e, neste contexto, numa política cultural exogenamente dirigida, de promoção activa e consequente, da língua e da cultura portuguesas, perspectivadas como instrumentos decisivos no processo de concretização desses objectivos, logo, de realização do interesse nacional”. A língua-cultura e a posição geográfica, onde o mar surge como elemento de unidade no contexto da geopolítica da CPLP, constituem dois elementos de continuidade que, como disse Ernâni Lopes (2008, p. 17), fazem com que possamos ir além de nós, pois “nós só seremos nós, quando formos além de nós”. O verdadeiro valor geopolítico da Lusofonia tem em conta a história, a cultura, a unidade da língua e, como vimos, também a posição no mar, mas reside essencialmente na vontade em ir além de nós e isso, só pode ser exercido colectivamente.

A Lusofonia não pode, nem deve, construir-se apenas pela língua, tem de representar uma partilha efectiva de interesses e isso, tem de se fazer, tendo também em conta, uma certa unidade geopolítica. No presente estado de coisas, a Lusofonia arrisca-se a ser uma herança, sem o futuro que merece.

Notas

¹ O autor não escreve com base no Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa de 1990.

² Delegação da Região Administrativa Especial de Macau em Pequim, Delegação Económica e Comercial de Macau, em Lisboa; Delegação Económica e Comercial de Macau, junto da União Europeia, em Bruxelas; Delegação Económica e Comercial de Macau, junto da Organização Mundial do Comércio (OMC); Delegação Económica e Cultural de Macau na Ilha Formosa. Consultar Governo da Região Administrativa Especial de Macau [website], Direcção dos Serviços de Economia, disponível em: <https://www.economia.gov.mo/pt_PT/web/public/pg_eetr_tr?_refresh=true> [Consultado em Julho, 2017].

³ O Fórum para a Cooperação Económica e Comercial entre a China e os Países de Língua Portuguesa (Macau), adiante designado por “Fórum de Macau”, foi criado em Outubro de 2003, por iniciativa do Governo Central da China e em coordenação com sete Países de Língua Oficial Portuguesa, nomeadamente Angola, Brasil, Cabo Verde, Guiné-Bissau, Moçambique, Portugal e Timor-Leste e com a colaboração do Governo da Região Administrativa Especial de Macau (RAEM), tendo acolhido, em Março de 2017, São Tomé e Príncipe, que se tornou o oitavo País Oficial de Língua Portuguesa participante. O Fórum de Macau é um mecanismo multilateral de cooperação intergovernamental e tem como objectivo a consolidação do intercâmbio económico e comercial entre a China e os Países de Língua Portuguesa, utilizando Macau como plataforma de ligação entre os países participantes. Consultar Secretariado Permanente do Fórum para a Cooperação Económica e Comercial entre a China e os Países de Língua Portuguesa (Macau) [website], disponível em <<http://www.forumchinapl.org.mo/?lang=pt>> [Consultado em Agosto, 2017].

org.mo/?lang=pt> [Consultado em Agosto, 2017].

⁴ A dimensão terrestre da CPLP ocupa 7,2% do nosso planeta, sem contar com as Zonas Económicas Exclusivas e os espaços de responsabilidade em termos de busca e salvamento (SAR).

⁵ A Comunidade Económica dos Estados da África Ocidental (CEDEAO), a Comunidade Económica dos Estados da África Central (CEEAC) e a Comunidade de Desenvolvimento da África Austral (CDAA).

⁶ No espaço entre trópicos as Ilhas Ascensão e Santa Helena. Fora do espaço entre trópicos, mas ainda no Atlântico Sul, as Ilhas Tristão da Cunha, Geórgia do Sul, Ilhas Sandwich e Falkland.

⁷ A designação Sahel tem origem na expressão árabe “fronteira ou margem”. Esta região é associada a uma espécie de “fronteira Sul” entre o deserto do Sahara e uma zona de transição entre o deserto e a África tropical central.

⁸ A expressão “BRIC” foi pela primeira vez utilizada em 2001, por Jim O’Neill – economista-chefe do banco de investimento Goldman Sachs – para se referir ao crescimento das economias da Federação Brasileira, da Federação Russa, da Índia e da China, tendo-se iniciado em 2006 uma cooperação regular entre estes quatro Estados. Em 2011, a África do Sul foi convidada a fazer parte do grupo – passando a designar-se BRICS –, tendo este grupo de cinco Estados desenvolvido um modelo de cooperação distinta da maioria das instituições financeiras existentes.

⁹ A Amazônia Azul ou território marítimo brasileiro é a zona económica exclusiva (ZEE) do Brasil, cuja área corresponde a aproximadamente 3,6 milhões km² – equivalente à superfície da floresta amazónica. A área poderá vir a ser ampliada para 4,4 milhões de km² em face da proposta brasileira perante a Comissão de Limites das Nações Unidas. Com o prolongamento, a zona passará a ser mais contígua, incluindo as áreas dos arquipélagos brasileiros no Atlântico Sul. Ver figura 2 e figura 3.

¹⁰ Também designado por “the Inter Oceanic Railways”

ou “the Twin Ocean Railway” ou ainda por “the Trans-Andes Railway”.

¹¹ Ou 3.755,5 km dependendo das diferentes opções do traçado.

¹² Timor Gap é a área do domínio marítimo entre Timor-Leste, a Indonésia e a Austrália onde se situa a fronteira marítima entre estes Estados soberanos e que é objecto de disputa em relação à exploração de recursos.

¹³ Portugal tem a décima maior Zona Económica Exclusiva do mundo com um total de 1.727.408 km². Em 2009 submeteu uma proposta à Comissão de Limites das Nações Unidas, para adicionar 2,15 milhões de km². Esta proposta, se aprovada, dará a Portugal uma área total de 3.877.408 km².

Referências

Castells, M., 2010. *The Power of Identity: The Information Age: Economy, Society, and Culture*, Volume II, 2nd Edition, Wiley Blackwell.

COEGA, 2016. *Africa's Trade Potential 2016. The ECCAS Region: The Belly Belt of Africa* [PDF]. COEGA Development Corporation. Disponível em: <<http://coega.co.za/DataRepository/Documents/AJmQ1w9dNAL-77ToKQZuBcCP6i.PDF>> [Consultado em Julho, 2017].

CPLP, 1996. Declaração Constitutiva da Comunidade de Países de Língua Portuguesa, *CPLP* [online]. Disponível em: <<https://www.cplp.org/Files/Filer/Documentos%20Essenciais/DeclaraoConstitutivaCPLP.pdf>> [Consultado em 20 de Agosto, 2017].

Defesanet, s.d. [website]. Disponível em: <<http://www.defesanet.com.br/sisgaaz/>> [Consultado em Agosto, 2017]

Estrutura de Missão para a Extensão da Plataforma Continental (EMEPC), 2009. Mapa “Portugal é Mar”. *EMEPC* [online]. Disponível em: <<https://www.emepc.pt/pt/kit-do-mar/projetos/mapa>>

Escorrega, L.C.F., 2010. Da Importância Geopolítica e Geoestratégica dos Açores no Actual Contexto Estraté-

gico, *Revista Militar* [online], Nº 2497/2498, Fevereiro/Março. Disponível em: <<https://www.revistamilitar.pt/artigo/557>> [Consultado em 16 de Julho, 2017].

Global Traffic Map, 2010. [online]. Disponível em: <https://www.telegeography.com/telecom-maps/global-traffic-map/index.html> [Consultado em 16 de Julho, 2017].

IPIM, s.d.. Feiras do Comércio e Convenções em Macau, *Instituto de Promoção do Comércio e do Investimento de Macau (IPIM)* [online]. Disponível em: <<http://www.ipim.gov.mo/pt-pt/macao-exhibition-and-conference/>> [Consultado em Julho, 2017].

Lopes, E. R., 2008. CPLP e Lusofonia: de conceito multicultural a vector portador de futuro [pdf]. Comunicação apresentada na Semana da CPLP, Colóquio na Universidade Católica Portuguesa, Lisboa, 9 de Maio. Disponível em: http://www.ucp.pt/site/resources/documents/IEE/Prof.%20Ern%C3%A2ni%20Lopes_CPLP.pdf. [Consultado em 20 de Agosto, 2017].

Lusa, 2017. China apoia criação de Zona Económica Especial na ilha cabo-verdiana de São Vicente, *SAPÓ 24* [online], 20 de Maio às 15:05. Disponível em: <<http://pt.rfi.fr/guine-bissau/20160411-china-confirma-investimentos-na-guine-bissau>> [Consultado em Agosto, 2017]

OSAA, s.d.. The Regional Economic Communities (RECs) of the African Union. *Office of the Special Adviser on Africa (OSAA)* [online], United Nations. Disponível em: <<http://www.un.org/en/africa/osaa/peace/recs.shtml>> [Consultado em Julho, 2017].

RFI, 2016. China confirma investimentos na Guiné-Bissau, *RFI* [online], 11 de Abril às 20:10. Disponível em: <<http://pt.rfi.fr/guine-bissau/20160411-china-confirma-investimentos-na-guine-bissau>> [Consultado em Agosto, 2017]

Rodrigues, C., 2016. Portugal and OBOR: Welcoming, but Lacking a Strategy. Em Frans-Paul van der Putten, John Seaman, Mikko Huotari, Alice Ekman e Miguel Otero-Iglesias, eds., *Europe and China's New Silk Roads*,

European Think-tank Network on China (ETNC) Report, December 2016. Disponível em: <https://www.ifri.org/sites/default/files/atoms/files/etnc_2016-europe_and_chinas_new_silk_roads.pdf

Santos, V. M., 2005. Portugal, a CPLP e a Lusofonia: Reflexões sobre a Dimensão Cultural da Política Externa, *Negócios Estrangeiros*, n.º 8, Julho.

Thompson, N. e Muggah, R., 2015. The Blue Amazon: Brazil Asserts Its Influence Across the Atlantic, *Foreign Affairs* [online], SNAPSHOT June 11. Disponível em: <<https://www.foreignaffairs.com/articles/africa/2015-06-11/blue-amazon>> [Consultado em Agosto, 2017].

Tran, É., 2016. Lusofonia e Francofonia: Os Desafios da Diversidade Cultural, *Plataforma* [online]. Disponível em: <http://www.plataformamacau.com/seccoes/opiniao/emilie-tran-lusofonia-e-francofonia-os-desafios-da-diversidade-cultural/> [Consultado em 20 de Agosto, 2017].

Vanspauwen, B., 2012. A importância de implementar uma noção de lusofonia na educação cultural e cívica em Portugal, argumentada por alguns músicos oriundos de países 'lusófonos' em Lisboa. Em Martins, M. L., Cabecinhas, R. e Macedo, L., eds., *Anuário Internacional de Comunicação Lusófona 2011*. Número temático 'Lusofonia e Cultura-Mundo'. Coimbra: Rui Grácio. 2012. pp. 67-83